

## Retorno de carteira de ações do BNDES supera Ibovespa

Por Francisco Góes | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve um ganho econômico de R\$ 74,8 bilhões em cinco anos com empresas listadas na bolsa de valores das quais é sócia. Em dez anos, esse ganho é um pouco menor, mas ainda assim relevante: R\$ 66,3 bilhões. Os números correspondem a um aumento da "riqueza" do banco em um conjunto de empresas abertas que, no fim de março deste ano, representavam 88% da carteira de renda variável do sistema BNDES.

O cálculo, elaborado pelo banco a pedido do Valor, considera uma carteira de "partida" de ações de empresas abertas em poder do BNDES, na data em que foram compradas. Se as ações estavam na carteira há mais tempo, toma-se por base, para o cálculo, o número de papéis que o banco possuía e o valor desses ativos no mercado na data de arrancada (cinco ou dez anos). A essa carteira se somam proventos que o BNDES recebeu ao longo do tempo como dividendos, juros sobre capital próprio, resultado com venda de ações e, em alguns casos, juros sobre debêntures. Chega-se, assim, ao ganho econômico. Para calculá-lo, leva-se em conta o que o banco recebeu de proventos mais a posição da carteira final (em 31 de março de 2019), deduzindo

eventuais investimentos no período de cinco ou dez anos e a carteira de "partida". É usado o conceito de ganho econômico porque o BNDES ainda não vendeu a carteira e, portanto, não realizou lucro ou prejuízo nas operações.

O bom resultado do banco em empresas abertas é demonstrado pela rentabilidade da carteira da BNDESPar, a empresa de participações do BNDES. Em cinco anos, esse retorno foi de 17,1% ao ano, acima do Ibovespa, principal índice da B3, de 13,6% ao ano. Em dez anos, a conta é mais ajustada, mas ainda assim favorável ao banco: rentabilidade de 9,1% ao ano nas ações da carteira da BNDESPar frente a um Ibovespa que rendeu 8,8% ao ano. Em 15 anos, a conta é 12,2% ao ano na carteira de ações da subsidiária do BNDES ante 10,2% ao ano do Ibovespa. As contas têm como data final o dia 31 de março deste ano, fim do primeiro trimestre, último resultado contábil disponível do BNDES.

Os dados sobre a carteira de ações em empresas abertas do sistema BNDES são importantes por dois motivos. Primeiro porque há uma pressão do governo para que o banco venda a carteira o mais rápido possível. Esse teria sido, inclusive, um dos fatores da insatisfação do governo com a gestão de Joaquim Levy no BNDES, que terminaram com a saída do executivo do banco,

em junho. O outro fator é justamente resultado do primeiro. Com o pedido de demissão de Levy, o governo indicou o economista Gustavo Montezano como novo presidente do BNDES. Com a posse de Montezano, esperada para os próximos dias, a diretoria do BNDES tem a expectativa de avançar na discussão com o conselho de administração do banco sobre a estratégia de venda da carteira de ações de empresas abertas, que é concentrada na BNDESPar.

No fim de março, as participações do sistema BNDES - que considera o próprio banco mais a BNDESPar - em companhias abertas e fechadas somavam R\$ 120,5 bilhões a valor de mercado. Desse total, a parcela em ações corresponde a R\$ 110,8 bilhões. Há ainda subscrição de debêntures, no montante de R\$ 7,8 bilhões, e cotas em fundos de investimento que somam R\$ 1,9 bilhão. A carteira de ações do sistema BNDES é concentrado tanto em termos de setores como em termos de empresas. Entre os principais papéis estão Petrobras (óleo e gás), Vale (mineração), Eletrobras (energia elétrica), JBS (proteína animal) e Suzano (papel e celulose), entre outros.

As informações elaboradas pelo BNDES sobre o retorno nas companhias abertas nas quais é sócio





mostra que o banco teve desempenhos positivos em quase todos os papéis. A métrica utilizada para fazer essa medição é a Taxa Interna de Retorno (TIR), que considera todas as entradas e saídas do fluxo de caixa do investimento e o valor de mercado inicial e final da posição acionária. No caso de Petrobras, por exemplo, a TIR de cinco anos na carteira do BNDES foi de 14,44% ao ano. Esse desempenho garantiu ao BNDES um ganho econômico de R\$ 30,5 bilhões no período, diferença entre a posição inicial e a posição final do banco no papel, somando-se os proventos. A TIR de 14,44% ao ano para Petrobras é levemente superior ao Ibovespa no período (13,6% ao ano). A maior TIR da carteira é da Gerdau (72,43% ao ano em cinco anos). A menor taxa de retorno corresponde à Embraer (negativa em 0,64% ao ano no mesmo período). No meio estão papéis como Vale (TIR de 14,57% ao ano), Eletrobras (41,31% ao ano), JBS (20,86%) e Suzano (32,71%). A soma dos ganhos e perdas de 19 empresas abertas na carteira do sistema BNDES permite chegar então ao ganho econômico de R\$ 74,8 bilhões em cinco anos.

Nesse período, a TIR das empresas abertas nas quais o banco participa é quase toda positiva e de dois dígitos, com exceção de Cemig (4,96% ao ano), Tupy (5,21%), Light (5,34%) e Totvs (4,43%), além da citada Embraer. As TIRs de cinco anos na carteira do BNDES são

maiores, em boa parte da amostra, em relação às taxas de retorno de dez anos. Esse fenômeno se justifica, segundo analistas, porque a carteira de partida do BNDES em cinco anos considera uma bolsa "depreciada", enquanto a TIR em dez anos partiria de uma bolsa mais alta, então as ações se valorizaram sobre uma base maior. A TIR da Petrobras em dez anos, por exemplo, foi de 1,90% ao ano (ver tabela ao lado).

Eliane Lustosa, diretora da área de privatizações do BNDES, diz que o banco está pronto para avançar em uma política de venda de ativos de renda variável. "O processo de venda [de ativos em bolsa] vem acontecendo e, em momento em que há uma valorização de mercado, existe uma boa oportunidade para acelerar essa desmobilização em renda variável", disse Eliane ao Valor.

Estratégia a ser seguida vai ser discutida pela diretoria do banco com o conselho de administração

Não há, porém, prazos fixados. A estratégia a ser seguida vai ser discutida pela diretoria do banco com o conselho de administração. Ambas as instâncias de decisão vão passar por mudanças. Segundo Eliane, o objetivo é pactuar com o novo conselho como se dará a venda e a velocidade desse processo. A ideia é que as ações que estão "maduras" na carteira e têm liquidez sejam vendidas desde que haja boas oportunidades no mercado.

"A partir do momento em que existe a percepção de que o valor da empresa no mercado está condizente com a expectativa de valorização é o momento de vender se a empresa tiver liquidez. Se não tiver, é o caso de buscá-la", disse Eliane. Nesse esforço, o BNDES pode contratar um banco para ajudá-lo. A contratação de bancos pode servir, inclusive, para fazer a venda de blocos relevantes de ações. Esse processo foi pactuado pelo banco com os órgãos de controle e, atualmente, o BNDES possui um ranking de instituições credenciadas que podem ser chamadas, em concorrência, para prestar serviço na venda de um ativo. Existem participações relevantes na carteira mapeadas e que podem ser vendidas por meio de bancos contratados.

"Não existe na carteira [do BNDES] nenhuma ação que seja estratégica", disse Eliane. Ela está no banco desde 2016, quando chegou para ocupar a diretoria da área de investimentos na gestão da ex-presidente Maria Silvia Bastos Marques. É hoje a "decana" da diretoria, mas deve deixar o cargo por decisão pessoal para dedicar-se a um período sabático.

Nos três anos em que conduziu a área de investimentos do BNDES, Eliane ajudou a formular uma política escrita para investir, acompanhar e desinvestir na carteira de ações. A política deixa claro que ter participação em ativos maduros não faz mais sentido para o BNDES. A





questão é como se desfazer de uma carteira tão grande em ações sem provocar estragos nas cotações das empresas na bolsa. Um caminho para evitar esse problema é o que o banco vem trilhando, fazendo vendas por lotes, em bolsa, via corretoras, ao longo do tempo, como vem ocorrendo com Petrobras e Vale. A venda para um sócio estratégico pode ser também um caminho para ativos em que o banco tem participação relevante. Um exemplo desse tipo de processo foi a operação Fibria - Suzano, na qual o banco embolsou mais de R\$ 8 bilhões.

## Ganho de valor

Retorno por participação acionária (até 31/03)

Empresas*	5 anos			10 anos		
	TIR*** (%a.a.)		P&L (R\$ bi)	TIR (%a.a.)		P&L (R\$ bi)
Petrobras	14,44		30,438	1,90		9,737
Vale	14,57		11,498	9,77		15,845
Eletrobras	41,31		7,721	9,32		6,031
JBS**	20,86		6,268	9,10		6,885
Suzano**	32,71		12,521	23,62		15,455
Copel	12,04		1,067	10,00		1,692
AES Tietê Energ	20,61		2,042	14,73		3,385
Cemig**	4,96		0,300	11,99		1,263
Marfrig**	11,46		0,704	0,48		0,086
Klabin	17,17		0,564	37,87		1,677
Tupy	5,21		0,197	17,13		0,762
Embraer	-0,64		-0,025	11,37		0,519
Light	5,34		0,093	12,76		0,562
Gerdau	72,43		0,696	13,82		0,820
Linx	21,15		0,225	37,42		0,427
Engie Brasil	14,17		0,185	22,15		0,401
Totvs	4,43		0,059	33,20		0,322
Copasa	14,64		0,146	8,24		0,125
Ouro Fino Saude	11,06		0,108	17,52		0,281
<b>Total</b>			<b>74,809</b>			<b>66,276</b>

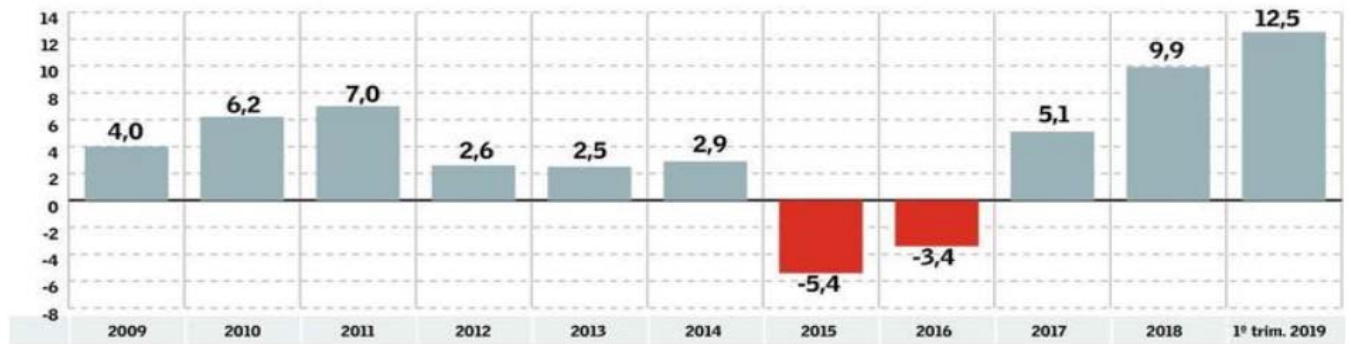
Fonte: BNDES. \* Empresas abertas que no dia 31/03/2019 representavam 88% da carteira de renda variável do sistema BNDES. Na análise foram incluídas empresas que se tornaram abertas durante o período ou que foram incorporadas, por exemplo Vale e Valepar. \*\*Também incluem debêntures conversíveis no cálculo de rentabilidade. \*\*\* Taxa Interna de Retorno (TIR) do investimento considera todas as entradas e saídas do fluxo de caixa do investimento.





## Em alta

Resultado com Participações Societárias - em R\$ bilhões



Fonte: Séries históricas - Informações Financeiras - Portal do BNDES na Internet

## **JBS tem rentabilidade acima de 115% do capital investido**

Por Francisco Góes | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tinha, no fim de junho, um retorno superior a 115% do capital investido em JBS. O número considera o valor de mercado das ações detidas pelo banco na companhia, que somavam quase R\$ 14 bilhões em 28 de junho, mais retornos de R\$ 5,1 bilhões.

Desses números, é preciso descontar, porém, os investimentos de R\$ 8,1 bilhões feitos pelo banco nessa empresa de proteína animal entre 2007 e 2009. Chega-se, assim, a um resultado potencial para o BNDES, no fim do mês passado, de R\$ 9,3 bilhões. Com base nessas contas, a Taxa Interna de Retorno (TIR) para o BNDES em JBS fica em 9,3% ao ano, acima de um investimento hipotético feito no Ibovespa, principal índice da B3, no mesmo período. Neste caso, o retorno seria de 3,35% ao ano.

Os dados mostram que o BNDES teve um retorno positivo em JBS, empresa que tornou-se um tema sensível para o banco depois da Operação Bullish, em 2016, que investigou possíveis irregularidades do BNDES nos aportes feitos na empresa dos irmãos Batista.

A relação do BNDES com o grupo JBS levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a abrir uma série de procedimentos administrativos para apurar a regularidade dos investimentos. Vários dos processos se transformaram em tomada de contas especiais, quando os funcionários encarregados das operações na área de mercado de capitais do banco respondem com o próprio CPF, podendo ter bens bloqueados. Apesar da sensibilidade do tema, BNDES e TCU têm avançado em uma agenda comum. Na Bullish, nenhum dos funcionários do banco investigados na operação tornou-se réu. Mesmo assim, o escrutínio sobre as operações do banco em JBS marcou o momento de maior crise

da instituição de fomento nos últimos anos.

Daí que os números sobre o retorno do banco nos investimentos feitos em JBS soam como música para os técnicos do BNDES, que ainda estão às voltas com defesas técnicas no TCU e defesas jurídicas na Justiça Federal, em Brasília, onde tramita o processo da Bullish. Eliane Lustosa, diretora da área de privatizações do BNDES, foi uma das principais responsáveis por explicar, nos últimos anos, as operações de mercado feitas pelo banco em JBS ao TCU e outros órgãos de controle.

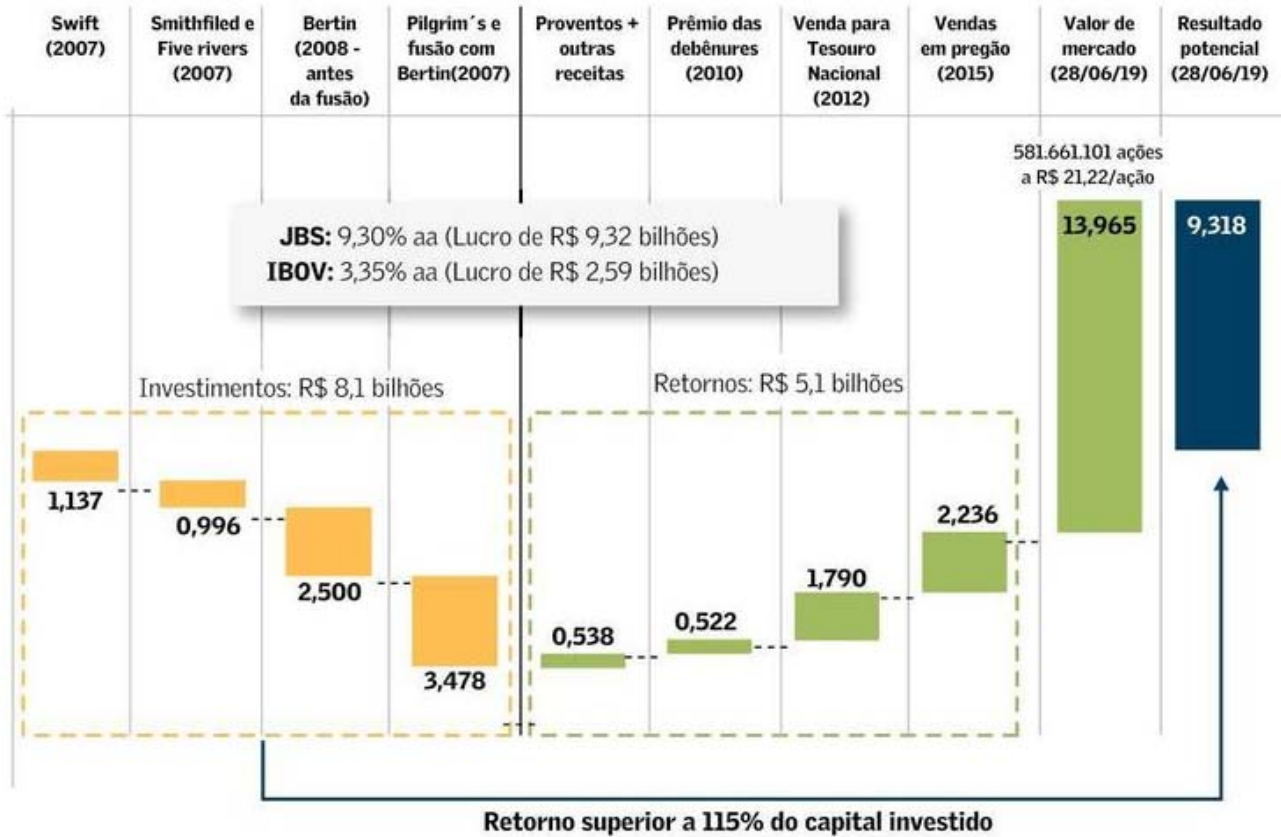
Recentemente, o BNDES sofreu pressão de venda das ações da JBS, uma vez que os papéis subiram no mercado. Mesmo assim, o banco não vendeu. A análise da carteira de ações em empresas abertas do BNDES em cinco anos demonstra que JBS garantiu ao banco uma TIR de 20,86% ao ano. A taxa significou um ganho econômico de R\$ 6,2 bilhões ao banco no período.





## O investimento em JBS

Resultado\* absoluto em comparação a uma aplicação hipotética em Ibovespa



Fonte: Mercado. \*Considera taxa interna de retorno (TIR)

## Montezano se reúne com diretoria e pode fazer ajustes

Por Talita Moreira e Bruno Villas Bôas | De São Paulo e do Rio

Indicado para assumir a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano já se reuniu com todos atuais diretores, diz fonte próxima à instituição. A expectativa interna é que Montezano promova alguns ajustes na diretoria. Não está claro, entretanto, qual será a extensão desse movimento.

Pelo menos uma mudança já foi conhecida até agora. Conforme informou na sexta-feira o Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do Valor, Eliane Lustosa, diretora de desestatização e estruturação de projetos do BNDES, está de saída. A economista, que alegou razões pessoais para deixar o cargo, deve participar de uma fase de transição no banco.

A lentidão no processo de vendas de ativos do banco foi um dos

pontos que motivaram a saída de Joaquim Levy da presidência do BNDES no mês passado, após ser criticado publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro.

Montezano, que irá substituir Levy, terá a missão de fazer a fila de desinvestimentos andar. O futuro presidente do BNDES fez carreira no BTG Pactual e, desde o início do ano, trabalhava com Salim Mattar na secretaria de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia. O novo presidente do BNDES ainda não foi formalizado no cargo, mas é possível que isso ocorra ainda nesta semana. O comando do banco está interinamente com José Flávio Ramos, diretor financeiro da instituição.

O conselho de administração do BNDES também passará por mudanças. O ex-presidente do BC Gustavo Franco disse ontem que segue participando do processo de verificação do governo para assumir a presidência do Conselho de

Administração do BNDES. "Estou no processo e cumpri várias etapas", disse Franco. Após acompanhar um seminário na Casa das Garças, na zona sul do Rio de Janeiro, Franco disse desconhecer a informação publicada em "O Globo" de que não irá mais ocupar a presidência do Conselho do banco. "Que eu saiba, sim [ainda estou no processo]", disse.

Franco culpou a burocracia para o atraso na validação de seu nome em Brasília. O economista disse que seu nome passou pela Casa Civil e pelo comitê de elegibilidade da estatal, fase recém-concluída. Seu nome dependeria agora de uma fase final de aprovação na Controladoria-Geral da União (CGU). "Existe um novo entendimento do Comitê de Ética Pública de que quem examina casos de conselheiros estatais é a CGU. O fato é que são mais de cem estatais, com vários conselheiros, que terão que ser examinados individualmente pela CGU que nunca fez isso. Criou uma sobrecarga", disse.

## BNDES deve reduzir volume de empréstimos já neste ano

*Secretário de Fazenda diz que banco deve se voltar para privatizações, gás e saneamento*

Fábio Pupo Brasília

O Ministério da Economia pretende começar neste ano a redução do volume de financiamento concedido pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), como parte da política de reduzir a participação de bancos públicos no crédito.

O **secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues**, diz que a intenção é "calibrar" os desembolsos da instituição já em 2019 para ficarem abaixo do patamar de R\$ 70 bilhões visto nos últimos dois anos. Ele afirma que está sendo revisto o papel do banco, que deve se voltar para temas como privatizações, mercado de gás e saneamento.

Ao mesmo tempo, a intenção é que instituições privadas mais que ocupem o espaço das públicas, fazendo o crédito no país crescer de 47% para mais de 50% do PIB em até quatro anos (diferença que representa cerca de R\$ 200 bilhões).

Em entrevista sobre os seis meses do Ministério da Economia, ele fala ainda sobre a queda nas

projeções do PIB, defende o foco da pasta na Previdência, nega que medidas polêmicas do Executivo tenham atrapalhado o andamento dos trabalhos e diz que a equipe pretende manter o protagonismo da agenda econômica diante do avanço do Congresso na área.

\*

***O governo começou o ano prevendo crescimento de 2,5%, e hoje o BC projeta expansão de 0,8%. O que está acontecendo?***

São expectativas em relação ao potencial da economia. Tínhamos um novo governo endereçando uma democracia liberal com capacidade de resposta e com uma equipe econômica centrada no mercado privado [o que teria impulsionado as expectativas].

Além disso, a discussão sobre a reforma da Previdência [no governo] não era se era necessária, mas em que medida. Comparado a um ano atrás, é uma grande mudança.

***Mas então essas expectativas caíram.***

A aprovação da reforma da Previdência é uma mudança dramática, a maior reforma paramétrica...

***Mas a Previdência avançou na Câmara, e as projeções seguiram caindo.***

Quando aprovada e efetivada a

reforma, a mudança será substancial e trará um ganho de expectativas gigantesco. Pode impactar em 0,25 ponto percentual adicional de crescimento por ano. Isso [expectativas em baixa] pode ser revertido. O grande fator de crise nos últimos anos foi o aumento substancial dos gastos públicos. E, com a reforma da Previdência, estamos atacando isso.

Não se fica muito tempo voltado à reforma enquanto outras medidas são seguradas? O trabalho foi paralelo. À medida que a reforma da Previdência avançava no Congresso, intensamente trabalhávamos em iniciativas como o recém-anunciado acordo Mercosul-União Européia e medidas liberalizantes e de redução do Estado. [Outras] serão anunciadas no tempo devido. O ministério teve foco acertado, pois não teremos capacidade de avançar substancialmente nas outras agendas se o déficit previdenciário não for atacado de maneira incisiva.

***Polêmicas do Executivo em outras áreas não atrapalham a agenda do ministério? O foco do governo no momento não precisa ser a economia?***

A pauta do Executivo tem diversas vertentes, como a agenda de costumes e a econômica. As diretrizes são dadas pelo presidente da República. Da nossa parte, temos







tido foco de energia e tempo para essas medidas. Por exemplo, a pauta do gás [conjunto de medidas que liberam o mercado do setor, hoje dominado pela Petrobras, ainda pendente de decisões do Cade e do Congresso] é espetacular, com forte efeito em emprego e renda. Sinceramente não vejo que nenhuma ação tomada nesses seis meses tenha causado detrimento para a agenda [econômica].

***O ministério pretende reagir à tentativa de protagonismo do Congresso na agenda econômica?***

Acreditamos em um jogo de ganha-ganha. Medidas de ajuste fiscal, que melhorem o mercado de capitais, que mudem a composição de crédito, que quebrem monopólio em gás e saneamento, que reformem fundos públicos... Todos esses são protagonismos que pretendemos ter. Em breve anunciaremos uma reformatação do sistema recuperacional e falimentar da economia e faremos isso em acordo com o Congresso. De quem será o protagonismo? Da sociedade brasileira.

***Os bancos públicos estão em processo de enxugamento. Quanto o crédito privado poderia ocupar do mercado?***

O crédito representa hoje 47% do PIB, ou R\$ 3,2 trilhões. É abaixo do potencial em comparação com países com renda per capita similar. Na comparação com mais desenvolvidos, estamos bem abaixo. Do total, mais ou menos metade do crédito é pública, e a outra, privada. Entendemos que a barreira dos 60% do PIB pode ser vencida ao longo

dos anos e, em três ou quatro anos, [o país poderia] ultrapassar 50% ou 55%. Cada ponto percentual representa de R\$ 65 bilhões a R\$ 70 bilhões. A intenção é reduzir o público de maneira responsável, respeitando a governança, e aumentar mais que proporcionalmente o privado.

***Como?***

Na medida em que melhorou o perfil de crédito público e crio incentivos para o mercado privado, em particular via mercado de capitais, essa velocidade ganha corpo. No BNDES, havia R\$ 270 bilhões de empréstimos concedidos pela União a valores que eram desfavoráveis à sociedade brasileira, sobretudo em termos de custo para o Tesouro. E com fortíssima má alocação. Temos resultados emblemáticos, como empréstimos feitos à JBS, à Marfrig, ao grupo X [criado por Eike Batista] e a outros que se mostraram indevidos.

***O ex-presidente do BNDES Joaquim Levy mostrava resistências para as devoluções. Com a troca de presidente, haverá o pagamento integral dos R\$ 126 bilhões requisitados em 2019?***

Nossa expectativa é que retornem, porque as análises apontam uma liquidez substancial para o banco bem como para as regras de requerimento de capital. A diretriz é clara, mas as condições são dadas pelo próprio banco. É uma decisão do BNDES. Entendemos que a sociedade como um todo ganha, porque está dentro da diretriz de mudar o perfil de crédito no país e também de apontar qual a função do banco.

***E qual seria?***

O BNDES criado na década de 1950 tinha uma função, mas em governos anteriores essa função ganhou outra conformidade. No ano passado, o desembolso do BNDES foi de R\$ 69 bilhões. Neste ano, entendemos que pode ser calibrado e ser menor do que da ordem de R\$ 70 bilhões. Depende das funções que o banco priorizar, de qual o foco. Entendemos que há áreas em que ele pode trabalhar de maneira mais eficiente e com maior capacidade de entrega para a economia e a sociedade.

***Por exemplo?***

Na privatização [participando dos estudos], no relacionamento com estados e municípios, na modelagem do novo mercado de gás e na política de saneamento. São elementos que podem trazer ao banco um novo perfil

***Paulo Guedes anunciou a liberação de R\$ 100 bilhões em compulsórios de banco. Quando isso deve acontecer?***

Essa colocação pelo ministro foi em termos de uma intenção de melhoria de crédito. Tem políticas creditícias que podem ser melhoradas por ações do ministério e outras do BC. A determinação com relação a compulsórios é uma ação do BC. O que o ministro apontou é que há possibilidades de melhoria e citou R\$ 100 bilhões ao longo dos anos com medidas de compulsório.

***Mas como e quando seria feito?***

Eu prefiro que o BC se pronuncie sobre isso. [Mas] Há total consonância entre o Ministério da Economia e o BC.

## A missão da imprensa

*Fernão Lara Mesquita*

Quarta-feira passada David Alcolumbre comemorou como "um feito histórico para a democracia do Brasil" a aprovação do orçamento impositivo. Como sempre, deu-se o último passo antes de dar-se o primeiro. Colheu-se o fruto antes de plantar a árvore.

Multiplicar por 5.594 (26 governadores e 5.568 prefeitos) os focos de dispersão do dinheiro público sem instalar antes uma democracia verdadeiramente representativa, como sonha fazer o ministro Paulo Guedes, já seria uma temeridade. Dar aos 513 deputados federais e aos milhares de estaduais e municipais carta branca para decidir como gastar nosso dinheiro sem meter-lhes antes na boca o bridão do voto distrital, da retomada de mandato (recall) e do referendo é nada menos que suicídio.

Deputados e vereadores são eleitos às cegas por esses nossos "partidos" em metástase e sua lei eleitoral de enganar trouxa. Uma vez depositado o voto na urna, não nos devem mais nada. O dinheiro para a reeleição é tomado, e não contribuído. E podem voltar aos plenários sem um único voto se houver um palhaço popular o bastante para arrastá-los. Fica o contribuinte refém de legisladores que podem sacar da sua conta sem ter sequer de mostrar a cara e

contra os quais ele não pode nada. E o pior é que como o slogan do "Menos Brasília, mais Brasil" já estava no ar não dá nem pra reclamar.

Como parece complicado argumentar contra mais um princípio elementar da democracia – a desconcentração do dinheiro dos impostos –, fica o dito pelo não dito. Mas o caso é que é mais um que vai ser transformado no seu avesso. Esse tipo de tapeação é recorrente nessa nossa "democracia" que parece mas não é. Metade das denúncias de corrupção eleitoral apoiaram-se nesse tipo de manipulação. Primeiro "esqueceuse" a diferença fundamental entre a sistematização da venda dolosa de votos e a aceitação de dinheiro de "caixa 2". E então passou-se a dar como criminosas operações de financiamento de campanha que só mais além vieram a ser postas fora da lei. Com todos enfiados no mesmo saco tornou-se impossível tirar o País do impasse por dentro da política e o tão esperado combate efetivo à corrupção virou essa briga de bandidos no escuro que procura tornar indistinguível o joio do trigo e arrasta para a vala comum o que resta da política, do Judiciário e da imprensa sadios. E taí o Brasil parado e estrebuchando...

Tudo neste país está

emaranhado na subversão sistemática da ordem cronológica e das relações de causa e efeito. Vivemos num turbilhão de ações e reações desencadeadas para conter a manifestação dos efeitos dos nossos problemas, nunca para eliminar suas causas, que ninguém mais sabe onde começa, de que vai resultando um frankenstein institucional em marcha acelerada para o desastre.

Na arte da construção de instituições – um trabalho refinado ao longo de milênios de sangue, suor e lágrimas – a ordem dos fatores não só altera, mas quase sempre inverte o resultado. Todas as corcundas e escolioses, todos os membros retorcidos ou atrofiados das nossas instituições decorrem do aleijão original da planta dos pés de todas elas: a desigualdade petrificada na Constituição, a distorção matemática da representação do País Real no País Oficial, a absoluta independência entre representantes e representados uma vez encerrada a eleição.

É por isso que, de como (não) defender a própria vida ao que fazer com a Previdência, da sexualidade do seu filho ao regime de trabalho que melhor convém a cada um, do orçamento público à definição do próprio regime político, tudo pode ser e é discutido à revelia dos





destinatários das leis e das providências que as "excelências" houverem por bem barganhar entre elas. A ausência absoluta do eleitor nesses debates é o espaço vital da corrupção.

O papel dos políticos nas democracias é ajustar os contornos das figuras a serem desenhadas pelo povo, não o contrário. O da imprensa é balizar e ditar o ritmo dessa operação a quatro mãos. Se ela pode constranger as autoridades a crer que a providência mais urgente e profícua que podem tomar por esta nação em guerra é criminalizar a heresia de descrer da nova "verdade anunciada" de que aquilo com que cada ser humano nasce entre as pernas não existe, imagine-se o que não poderia fazer se assumisse as tarefas de trazer o debate político sempre para as causas essenciais dos nossos

problemas e de pôr debaixo dos narizes dos nossos representantes os consagrados remédios usados por quem já se curou há quase 200 anos das mesmas doenças de que o povo brasileiro continua condenado a parecer.

É uma só humanidade que habita este mundo que começa na Venezuela e termina na China. Quando, na virada do século 19 para o 20, os Estados Unidos estiveram tão doentes de corrupção quanto o Brasil está hoje e seu povo se sentia tão impotente quanto o nosso, jornalistas foram em caravana à Suíça estudar as ferramentas de democracia direta com que aquele país se tinha livrado da mesma praga 30 ou 40 anos antes e voltaram para casa com a seguinte receita: "O povo suíço reconhece na iniciativa (de propor leis e de dar e tirar mandatos) e no referendo o seu

escudo e a sua espada. Com o escudo do referendo afasta todas as leis que não deseja; com a espada da iniciativa abre caminho para transformar as suas próprias ideias em leis". Foi esse "feito histórico" para as suas respectivas democracias que fez de ambos os dois povos mais livres e ricos da História da humanidade.

A fórmula do remédio que pode curar a democracia brasileira não tem tradução em português. A missão da imprensa porventura interessada em livrar-se de ser confundida com os políticos pela opinião pública e acabar tendo o mesmo destino deles é ir buscar onde estiverem todas as soluções que aos grupos em disputa pelo poder só interessa esconder, dá-las a conhecer a este país doente e, assim, fazer o Brasil reconciliar-se com o Brasil.